



# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 008/2019**  
**DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019**  
**PROTOCOLO Nº 142/2019**

<b>OBJETO</b>	Contratação de pessoa jurídica, para confecção de uniformes oficiais da Câmara Municipal de Jataí.
---------------	--

<b>FUNDAMENTO LEGAL</b>	Artigo 24, II da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.
-------------------------	--

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	339030/23 Material de consumo/uniformes, tecidos e aviamentos
-----------------------------	---





**CAMARA MUNICIPAL DE JATAI**

Seção de Protocolo



**Processo....:**

**142 / 2019**

**Interessado:** MARCOS HENRIQUE MARTINS

**Assunto.....:** REQUERIMENTO PARA SOLICITAÇÃO DE LICITAÇÃO.

**Observação..:** SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA USO DOS SERVIDORES..

**Valor.....:** 0,00

**Data Doc...:**

**Nº Doc.....:**

**Autuação...:** 06/03/2019 13:57:50

**Autuado Por:** KEYNER PEREIRA MARTINS





# Câmara Municipal de Jataí






O Poder Que Vem do Povo

Jataí, 06 de março de 2019

Memorando 006/2019 Pres.

## Departamento de Compras

Através do presente, solicitamos do departamento de compras, a contratação de empresa para a confecção de uniformes para o uso dos servidores desta casa, conforme relação abaixo.

QTDE	ITEM	COR	ESPECIFICAÇÃO	MODELO
132	Blusas Femininas	Verde Claro	Tecido Musseline	 
107	Camisas sociais manga longa	Verde Claro	Tecido 50% poliester e 50% algodão com detalhe na gola, punho e frente	 
61	Camisas sociais manga curta	Verde Claro	Tecido 50% poliester e 50% algodão com detalhe na gola, punho e frente	

## Justificativa

A aquisição de uniformes tem como objetivo padronizar e facilitar a identificação dos servidores da Câmara Municipal de Jataí. O Palácio das Abelhas, sede do Poder Legislativo local, apresenta grande movimento diário. O uso do uniforme facilitaria aos cidadãos a identificação daqueles que trabalham no parlamento, tratando-se, portanto, de um benefício a todos aqueles que buscam algum tipo de atendimento no prédio. A iniciativa também representaria um acréscimo ao nível de eficiência da Câmara,



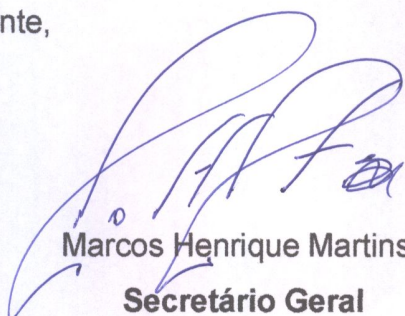


# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

pois os servidores, que em sua maioria manifestaram-se favoráveis ao uso do uniforme, poderiam trabalhar livres de incômodos que, de certa forma, causam algum estresse (fator prejudicial ao desempenho profissional). Desta forma, há somente vantagens, para a comunidade e para o próprio parlamento, caso seja adotado o uso de uniforme nas dependências do legislativo jataiense.

Atenciosamente,



Marcos Henrique Martins  
Secretário Geral





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

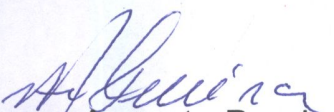
## CERTIDÃO

**CERTIFICAMOS**, para os devidos fins, que existe saldo orçamentário na dotação **339030 / 23 Material de Consumo / Uniformes, Tecidos e Aviamentos**, suficiente para ocorrer despesas com este tipo de aquisição para a Câmara Municipal de Jataí.

**CERTIFICAMOS** ainda que já foi feita reserva orçamentária no valor aproximado de R\$ 17.400,00 (dezesete mil e quatrocentos reais) nesta dotação.

Por ser esta a expressão da verdade, firmo a presente, nesta data.

JATÁI, 13 de março de 2019.

  
Adonae Augusto Pereira

TC CRC GO 2210/0-4





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

## DESPACHO

Em atendimento à solicitação oriunda da Secretaria-Geral, desta Câmara Municipal, no sentido de suprir as necessidades de contratação de uma empresa, para confeccionar Uniformes de Trabalho para os servidores desta Casa Legislativa, considerando essa a medida mais conveniente para o momento, **AUTORIZO** a realização da dispensa de licitação de acordo com a Lei 8.666/93, art. 24, inciso II.

A chefe do departamento de compras para as providências de praxe.

Jataí-GO, 13 de março de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**Mauro Antônio Bento Filho**  
Presidente



# Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

## Identificação

### Nome Empresarial

ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197

### Nome do Empresário

ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA

### Nome Fantasia

CONFECCOES MOTA

### Capital Social

8.000,00

### Nº da Identidade

3652697

### Órgão Emissor

SSP

### UF Emissor

GO

### CPF

802.192.501-97

## Condição de Microempreendedor Individual

### Situação Cadastral Vigente

ATIVO

### Data de Início da Situação Cadastral Vigente

11/09/2015

## Números de Registro

### CNPJ

23.258.367/0001-05

### NIRE

52-8-0248906-3

## Endereço Comercial

### CEP

75804-545

### Logradouro

RUA MARIA ZAIDEN FRANCA

### Número

308

### Bairro

RESIDENCIAL CYLENEO FRANCA

### Município UF

JATAI

GO

## Atividades

### Data de Início de Atividades

11/09/2015

### Código da Atividade Principal

14.12-6/01

### Descrição da Atividade Principal

Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida

### Código da Atividade Secundária

### Descrição da Atividade Secundária

1

14.12-6/02

Confeção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas

**Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Alvará de Licença e Funcionamento Provisório - declaração prestada no momento da inscrição:**

Declaro, sob as penas da Lei, que conheço e atendo os requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para emissão do Alvará de Licença e Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos. O não atendimento a esses requisitos acarretará o cancelamento deste Alvará de Licença e Funcionamento Provisório.

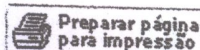
Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/> Certificado emitido com base na Resolução nº 16, de 17 de dezembro de 2009, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios - REDESIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento. Para pesquisar a inscrição estadual ou municipal (quando convenientes do cadastro sincronizado nacional), informe os elementos abaixo no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.gov.br/Pessoas/Inscricao/CNPJ/Inscricao.asp>

Número do Recibo: ME87016831  
Número do Identificador: 23258367000105

### Data de Emissão:

19/07/2017





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS  
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-13

POLEGAR DIREITO

Antônia Galdino Mota Almeida

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS BROS & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REINSTR. 3652687 2.A VIA DATA DE 03/FEV/2012  
GERAL EXPEDICAO

NOME: ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA

FILIAÇÃO: FRANCISCO CHAGAS MOTA  
MARIA CECILIA GALDINO MOTA

PARAMBU-CE 08/ABR/1978  
NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOL. GREGEM C.CAS. 1966 FLS. 115 L. B8 CACU-GO EM  
08/07/2011

CPF: 802192501-97

6134861 10459596

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

THOMAS BROS & SONS



## PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ

RUA ITARUMA N. 355, SETOR SANTA MARIA, JATAÍ/GO, 75.800-089  
CNPJ: 01.165.729/0001-80 Fone/Fax: 6436328800  
E-mail: FAZENDA@JATAI.GO.GOV.BR

### CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO DE EMPRESA

**CERTIDÃO NÚMERO: 4881/2019**

Certificamos para os devidos fins que a Empresa a seguir identificado VERIFICOU NÃO CONSTAR DÉBITOS até a presente data.

#### DADOS DA EMPRESA

---

NOME

**ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA  
80219250197**

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

**101890501**

CPF/CNPJ

**23.258.367/0001-05**

SETOR

**CONJ. RESIDENCIAL  
CYLLENEO FRANCA**

ENDEREÇO

**RUA MARIA ZAIDEN FRANCA, Lt:AREA, Qd:AREA, N:308,**

Ficam ressalvados os direitos da PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ, por quaisquer omissões ou irregularidades verificadas posteriormente.

Setor de cadastro e informações fiscais da Secretaria da fazenda da PREFEITURA MUNICIPAL DE JATAÍ.

#### SEGURANÇA:

---

**VALIDADE:** Certidão válida por: 30 dias

**EMITIDA:** Segunda-feira, 11 de Março de 2019

**ENDEREÇO PARA VALIDAÇÃO:** WWW.JATAI.GO.GOV.BR

**CÓDIGO DE VALIDAÇÃO:** 2DEMLPK

**EMITIDA PELA INTERNET**





PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197

(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 23.258.367/0001-05

Certidão nº: 168919697/2019

Expedição: 11/03/2019, às 13:35:54

Validade: 06/09/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **23.258.367/0001-05**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



IMPRIMIR

VOLTAR



### **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 23258367/0001-05  
**Razão Social:** ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197  
**Nome Fantasia:** CONFECCOES MOTA  
**Endereço:** R MARIA ZAIDEN FRANCA 308 / RESIDENCIAL CYLENEO / JATAI / GO / 75804-545

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 03/03/2019 a 01/04/2019

**Certificação Número:** 2019030301321413284268

Informação obtida em 11/03/2019, às 15:13:35.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197**  
**CNPJ: 23.258.367/0001-05**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:24:13 do dia 11/03/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 07/09/2019.

Código de controle da certidão: **2A7F.62DA.28F9.30A8**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





**ESTADO DE GOIAS  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DA RECEITA  
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITOS**

**CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA**

**NR. CERTIDÃO: Nº 21444481**

**IDENTIFICAÇÃO:**

---

**NOME:**

**ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197**

**CNPJ**

**23.258.367/0001-05**

**DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):**

---

**NAO CONSTA DEBITO**

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**FUNDAMENTO LEGAL:**

---

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos da IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III do artigo 29 da Lei nr.8.666 de 21 de junho de 1993.

**SEGURANÇA:**

---

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.

A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:

<http://www.sefaz.go.gov.br>.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

**VALIDADOR: 5.555.493.238.561**

**EMITIDA VIA INTERNET**

**SGTI-SEFAZ:**

**LOCAL E DATA: GOIANIA, 11 MARCO DE 2019**

**HORA: 10:26:25:9**



 <b>REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> <b>CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA</b>			
<b>NÚMERO DE INSCRIÇÃO</b> 23.258.367/0001-05 <b>MATRIZ</b>		<b>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO</b> <b>CADASTRAL</b>	
		<b>DATA DE ABERTURA</b> 11/09/2015	
<b>NOME EMPRESARIAL</b> ANTONIA GALDINO MOTA ALMEIDA 80219250197			
<b>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)</b> CONFECÇÕES MOTA			<b>PORTE</b> ME
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL</b> 14.12-6-01 - Confeção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS</b> 14.12-6-02 - Confeção, sob medida, de peças do vestuário, exceto roupas íntimas 14.14-2-00 - Fabricação de acessórios do vestuário, exceto para segurança e proteção			
<b>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA</b> 213-5 - Empresário (Individual)			
<b>LOGRADOURO</b> R MARIA ZAIDEN FRANCA		<b>NÚMERO</b> 308	<b>COMPLEMENTO</b>
<b>CEP</b> 75.804-545	<b>BAIRRO/DISTRITO</b> RESIDENCIAL CYLENEO FRANCA	<b>MUNICÍPIO</b> JATAÍ	<b>UF</b> GO
<b>ENDEREÇO ELETRÔNICO</b> confeccoesmota@hotmail.com		<b>TELEFONE</b> (64) 9986-9925	
<b>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)</b> *****			
<b>SITUAÇÃO CADASTRAL</b> ATIVA		<b>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL</b> 11/09/2015	
<b>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</b>			
<b>SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****		<b>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL</b> *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia 11/03/2019 às 15:12:37 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





# Câmara Municipal de Jataí

O Poder Que Vem do Povo

1

## PROCURADORIA JURÍDICA

Parecer Jurídico nº 015/2019  
Processo Administrativo nº 008/2019  
Dispensa de licitação nº 003/2019  
Protocolo nº 142/2019

**Ementa:** Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Serviço comum de confecção de uniformes. Dispensa de licitação, com fundamento no art. 24, II da Lei 8.666/93 e alterações. **Adequação legal.**

### RELATÓRIO

1. Cuida-se de análise pela Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Jataí, da legalidade do procedimento administrativo nº 008/2019, que visa a contratação de empresa para a Confecção de Uniformes de trabalho sob medida para os servidores do Poder Legislativo Municipal, por Dispensa de Licitação, com fundamentação no inciso II, do Art. 24, da Lei 8.666/93.

2. Constan nos autos, os seguintes documentos:

- I. Protocolo;
- II. Requerimento de autorização para instauração de procedimento administrativo, para contratação de empresa especializada para a Confecção de Uniformes de trabalho sob medida para os servidores, emitido pelo Secretário, com sua justificativa, que pode ser assim resumida: a aquisição de uniformes tem como objetivo padronizar e facilitar a identificação dos servidores da Câmara Municipal.
- III. Autorização do Ordenador de Despesas da Câmara;
- IV. Certidão sobre a disponibilidade orçamentária;
- V. 3 (três) orçamentos;
- VI. Mapa comparativo de preços apresentados nos orçamentos, elaborado pelo setor de Compras da Câmara, com valor médio estimado em R\$ 17.345,67 (dezessete mil, trezentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos);
- VII. Os seguintes documentos que comprovam regularidade jurídica e fiscal da empresa





que apresentou menor proposta de preço, a saber: **Antonia Galdino Mota Almeida 80219250197, no valor de R\$ 16.029,00 (dezesesseis mil e vinte e nove reais):**

- a) Certidões Negativas de Débitos Municipais;
- b) Certidão negativa de débitos trabalhistas;
- c) Certificado de Regularidade do FGTS;
- d) Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e dívida ativa da União;
- e) Certidões Negativas de Débitos Estaduais;
- f) Comprovante de inscrição no CNPJ;

VIII. Minuta do contrato

## ANÁLISE JURÍDICA

3. Inicialmente saliento que incumbe a esta Procuradoria analisar o processo sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar na conveniência e na oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

4. O art. 37, XXI da Constituição Federal, preceitua que *"ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."*

5. Depreende-se do dispositivo constitucional supracitado que a regra no ordenamento jurídico brasileiro é a realização prévia de licitação nas contratações do Poder Público.

6. Todavia, essa regra foi excepcionada pela própria Lei das Licitações, permitindo a contratação direta sem a realização de certame em determinadas hipóteses legais.

7. Estas hipóteses, previstas na Lei 8.666/93 – Lei das licitações, são de duas espécies, e são denominadas de contratação direta; podendo ocorrer por dispensa de licitação, ou, inexigibilidade de licitação, estabelecidas nos artigos 24 e 25, respectivamente.

8. O presente caso enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 24, II, da Lei das Licitações, *in verbis*:

*"Art. 24. É dispensável a licitação:*

*... omissis*

*II – para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei,*





desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

9. Os valores previstos no Art. 23, inciso I, alínea "a", referido na norma supracitada, foram atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018, nos seguintes termos:

*"Art. 1º. Os valores estabelecidos nos incisos I e II do caput do art. 23 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, ficam atualizados nos seguintes termos:*

*I - para obras e serviços de engenharia:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 330.000,00 (trezentos e trinta mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil reais); e*

*II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:*

*a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);*

*b) na modalidade tomada de preços - até R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais); e*

*c) na modalidade concorrência - acima de R\$ 1.430.000,00 (um milhão, quatrocentos e trinta mil reais)."*

10. Dessa forma, é dispensável a licitação para compras e serviços, que não sejam de obras e serviços de engenharia, no valor de até R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), razão pela qual a presente contratação é hipótese de dispensa de licitação.

11. Todavia, não se pode descuidar do correto procedimento para contratação direta.

12. Saliento a necessidade da juntada dos atos constitutivos da empresa aos autos.

## CONCLUSÃO

13. Por todo o exposto, verifico o enquadramento matemático do valor da contratação pretendida à hipótese excepcional de dispensa de licitação em virtude do valor - Art. 24, II, da lei 8.666/93, bem como a prática dos atos e procedimentos mínimos indispensáveis à contratação direta, estando apta juridicamente a contratação pretendida.

É o parecer. S.M.J.

Jataí, 14 de março de 2019.

**Renata Silva Oliveira**  
Procuradora Jurídica

**RENATA  
SILVA**

**OLIVEIRA:60  
724919104**

Assinado de forma  
digital por  
RENATA SILVA  
OLIVEIRA:6072491  
9104  
Dados: 2019.03.14  
16:09:37 -03'00'